

## Mais investimento e mais democracia

**Nossa pauta de luta permanece: intervir na LOA, democratizar a estrutura de poder, enfrentar os ataques ao RDIDP e manter HU e HRAC ligados à USP**

Passado o momento eleitoral, pelo menos no Estado de São Paulo, devemos manter a atenção e a mobilização em função de potencializar os ganhos obtidos pela greve iniciada em maio/14. Os temas fundamentais são:

- Aumentar, na Lei Orçamentária Anual (LOA-2015), o investimento nas universidades estaduais;

- Lutar pela urgente e profunda democratização da USP;

- Enfrentar os eventuais ataques ao Regime de Dedicção Exclusiva ao Ensino e à Pesquisa (RDIDP), que podem ser materializados seja pela introdução de um regime de 40 horas sem dedicação exclusiva, seja pelo retorno de avaliações produtivistas e persecutórias da CERT, com a troca de regime de trabalho dos “avaliados como inadequados”, sem falar no aumento de sua “flexibilização” (vide história sucinta das arbitrariedades da CERT em <http://bit.ly/1ycVrVB>).

Perguntas que não querem calar: o que nos aguarda no relatório do GT Atividade Docente? Por que o GT não se dispôs, até agora, a debater abertamente as suas propostas e encaminhamentos?

- Continuar a lutar para manter o Hospital Universitário (HU) e o Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais (HRAC ou “Centrinho”) ligados à USP, protegendo o seu caráter de instituições de desenvolvimento, com qualidade, do ensino, da pesquisa e da extensão.

**Acréscimo na LOA.** A nossa proposta na LOA-2015 é obter adicionais 0,7% da integralidade da Quota Parte do Estado do ICMS (ICMS-QPE), além dos 9,57% já inscritos no artigo 4º da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015 (LDO-2015). O método que estamos propondo é o mesmo utilizado em 2006 e 2007: introduzir um artigo

nas Disposições Gerais da LOA-2015, dando conta do acréscimo de 0,7%, ao mesmo tempo em que veda-se o desconto do montante da Habitação. É bom lembrar que em 2005 e 2006 conseguimos vitórias na LDO, passando os 9,57% para 10%; no entanto, em ambas as ocasiões, estas modificações do artigo 4º das respectivas LDO foram vetadas — a primeira por Geraldo Alckmin e a segunda por Cláudio Lembo; a recuperação da autonomia financeira das estaduais paulistas deu-se pela introdução de um artigo com redação equivalente nas LOA de 2006 e 2007.

Há, no entanto, uma questão que merece atenção especial: fruto da nossa pressão, foram incorporadas na base de cálculo do percentual destinado às universidades estaduais certas alíneas da dívida ativa — ICMS-QPE em atraso — e quatro alíneas da receita proveniente de programas de parcelamento de dívidas fiscais (sonegar é um ótimo negócio!). As nossas propostas precisam ser redigidas de forma a evitar o desconto da habitação e garantir a permanência das parcelas já incluídas. Enunciados adequados estão sendo discutidos pelo Fórum das Seis para serem apresentados como reivindicação à Alesp e ao Executivo.

Registre-se que o Cruesp tem proposta análoga (uma das vitórias da nossa greve), se bem que o número é diferente: reivindicam adicionais 0,337% do ICMS-QPE, no lugar dos nossos 0,7%. Ainda que com a diferença de índices de adicionais, esta coincidência pública de direções é um marco histórico: é a primeira vez que isto acontece, para notória irritação do reitor da USP, cujo discurso permanece inalterado e desqualificador até mesmo de seus colegas de Cruesp, diante da aversão de M.A. Zago em assumir a pauta por mais recursos. Quais a consequên-

cias ou conveniências deste isolamento político?

Devemos estar atentos e mobilizados para poder garantir negociação efetiva das nossas reivindicações, seja com a Assembleia Legislativa (Alesp), seja com o governo Alckmin. A coordenação do Fórum das Seis já iniciou contatos com a Alesp para estabelecer pontes que possibilitem diálogo e negociação, tanto dos adicionais 0,7% do ICMS-QPE para 2015, quanto dos 10% do total do produto do ICMS para a LDO-2016. Há barreiras políticas importantes a transpor; como aprendemos no movimento recente, será necessário agir com racionalidade, firmeza e disposição de negociação se quisermos transpô-las.

Na Alesp cuidaremos também de outra reivindicação importante, comum entre Fórum das Seis e Cruesp: a mudança do teto salarial para 90,25% do subsídio de um ministro do STF.

**Nota Fiscal é ICMS!** Notícia divulgada pelo jornal O Estado de S. Paulo dá conta de que cerca de R\$ 4,6 bilhões referentes ao programa Nota Fiscal Paulista (NFP) não foram resgatados por contribuintes e correm o risco de ir parar nas burras do Estado. A carência para resgate é de cinco anos (<http://goo.gl/VHzjGQ>). Evidentemente, queremos no mínimo 9,57% de 75% do montante que voltar para o caixa do Estado (25% pertencem aos municípios): afinal é arrecadação de ICMS, que foi retirada da base de cálculo de todas as verbas vinculadas, incluindo a Fapesp e as universidades estaduais.

Teremos de buscar a revogação ou modificação do texto da lei que instituiu a NFP, um programa de governo anti-distributivo, financiado às custas dos municípios e da redução de recursos aplicados em direitos sociais fundamentais, como saúde e educação. Como mostram estudos do Sindicato dos Agentes Fiscais (Sinafresp), não funciona para evitar a sonegação.

**Democratização.** O processo de debate organizado atra-

vés da Caeco continua, com nova sessão do Co marcada para 3/11 e tendo em pauta debater ética na Universidade; eleição de dirigentes; e natureza, atribuições e composição de colegiados. Assim como na primeira sessão de apresentação de ideias e propostas, a Adusp enviará suas contribuições, se bem que um número significativo delas já consta da nossa proposta “Concepção de Universidade”, já apresentada ao Co e amplamente divulgada (<http://goo.gl/m3my3z>).

Aparentemente, ficou para o próximo semestre a questão central: qual organismo ou instância fará, de fato, os novos Estatuto e Regimento? Toda cautela é pouca: sob pressão, a oligarquia que controla a USP poderá tentar transformar o Colegiado (nome oficial: “Assembleia Universitária”) em instância “ampla e democrática” para debater e deliberar sobre os novos Estatuto e Regimento.

**Petição ao Co.** A Adusp protocolou na Secretaria Geral da USP petição com argumentação clara de que a resolução do Co que modificou o artigo 8º do Regimento Geral, retirando do HRAC o status de órgão complementar, é nula de direito: exige não maioria absoluta (50% + 1), mas quórum de dois terços (<http://goo.gl/mjrDMw>). Toda a documentação foi enviada aos membros do Co, encarecendo a assinatura para a inclusão na pauta da próxima sessão do Co de discussão e deliberação sobre a petição. É muito importante a atuação de cada um de nós na obtenção das assinaturas, de modo a garantir, independentemente da vontade da administração da USP, a inclusão em pauta e a anulação da decisão sobre o HRAC. Aqui não se trata de reverter resolução do Co, mas sim de anulá-la, pois viola o inciso XIII do artigo 16 do atual Estatuto da USP.

**Como no caso das nossas conquistas recentes, são a mobilização e a racionalidade das nossas pautas em defesa da universidade pública, crítica e de qualidade que poderão construir um futuro digno para a USP.**

# Funcionários pedem ao Conselho Gestor a “imediate substituição” do prefeito do *campus* de Ribeirão Preto

O Comando de Greve dos funcionários técnico-administrativos da USP de Ribeirão Preto pediu ao Conselho Gestor, em documento protocolado na Prefeitura do *campus* (PUSP-RP) em 24/9, a “imediate substituição do prefeito e seu vice”. Trata-se de uma decisão da assembleia dos funcionários do *campus* de Ribeirão Preto, realizada em 18/9/14.

O documento assinala que na PUSP-RP os cortes de ponto tiveram “requisitos de crueldade”. Afirma que, enquanto diversos diretores de unidades de ensino desse *campus* preferiram negociar com os funcionários em greve, na PUSP-RP não houve diálogo: ao contrário, ocorreu “enorme pressão para que as chefias identificassem os grevistas”, além do que “a Polícia foi chamada e a justiça acionada”.

Ainda segundo o texto, a relação entre a PUSP-RP e a categoria

é historicamente marcada por uma série de desencontros. “Prefeito e vice interferiram negativamente na formulação da carreira”, fato do qual teria resultado “a promoção de todos que os cercam e pior, a avaliação como ‘exemplar’ de um funcionário que desde 2012 é investigado por furto de recursos da PUSP-RP”.

O Comando de Greve cita ainda “episódios tristes e autoritários como a destituição da Comissão de Meio Ambiente e a omissão no debate sobre governança, transformando os trabalhadores da USP em cidadãos de segunda categoria”. Por todos os motivos elencados, pede a saída do prefeito, professor Osvaldo Bezzon, e do vice-prefeito, professor Wagner Avelar.

**Tudo “sob sigilo”.** Questionado pelo Informativo Adusp quanto à reivindicação dos funcio-

nários de sua imediata substituição, Bezzon limitou-se a declarar: “Esse é um processo típico do momento pelo qual passa a Universidade”.

Quanto à denúncia feita pelo Sindicato dos Trabalhadores (Sintusp) (e mencionada na carta enviada ao Conselho Gestor) de que em 2013 concedeu nota máxima ao então chefe da Divisão Financeira, Paulo César Britisqui, no processo de avaliação para promoção na carreira, embora as atividades desse funcionário já estivessem sob averiguação, Bezzon alegou ao Informativo Adusp que o processo de avaliação “foi encerrado antes da conclusão da auditoria e àquela época a Administração não possuía os elementos que foram suscitados no relatório da auditoria”.

O prefeito do *campus* também foi indagado quanto às providências eventualmente tomadas pela

PUSP-RP em razão da auditoria realizada nos pagamentos relacionados ao contrato 30/2012, firmado com Starling & Estevão Comércio de Plantas Ltda no valor de R\$ 880 mil. A empresa recebeu R\$ 1,278 milhão, graças a pagamentos duplicados realizados por Britisqui (<http://goo.gl/PBkKur>).

“A auditoria resultou na sugestão de instauração de sindicância e processos administrativos disciplinares que estão em andamento, sob sigilo”, disse Bezzon. O processo decorrente recebeu o número 13.1.01494.53.2.

O prefeito não informou sequer se o aditamento desse contrato, firmado em 10/6/2013 no valor de R\$ 847 mil, foi mantido ou anulado: “Estas informações constam dos referidos processos para apuração de responsabilidade. Tais processos, conforme referido, ainda estão em andamento, sob sigilo”.

## Adusp ajuizará ação contra Resolução 4.224, para impedir redução de proventos de docentes aposentados em RDIDP

A Assessoria Jurídica da Adusp propõe, com base em diversos precedentes judiciais favoráveis, o ajuizamento de ação coletiva a fim de declarar a inconstitucionalidade dos artigos 1 e 2 da Resolução USP 4.224/95, que trata da incorporação dos diversos regimes de trabalho docente.

Estabelece o artigo 1 da aludida Resolução que: “O docente da Universidade de São Paulo em Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa – RDIDP, há pelo menos 60 (sessenta) meses e que, ao se aposentar, tenha permanecido por 15 (quinze) anos ininterruptos ou 20 (vinte) interpolados nesse regime, terá assegurada a incorporação a seus proventos dos valores remuneratórios peculiares ao mesmo regime”. Já o artigo 2 determina que os docentes que não alcancem o tempo indicado no artigo 1 terão seus proventos calculados proporcionalmente ao regime de trabalho.

Vários docentes já foram bem sucedidos judicialmente ao ter

reconhecido o RDIDP como vencimentos, e não como verba incorporável; nessa medida, inexistiria a necessidade de permanecer por determinado período de tempo para ser alcançada a tal incorporação.

Também nesse sentido o Tribunal de Justiça de São Paulo, ao pronunciar-se sobre ação individual, reconheceu como inconstitucional a necessidade de permanência no regime por determinado período de tempo para cálculo dos proventos, haja vista restringir direito onde a Constituição não o faz, já que é a própria Constituição que determina a forma como devem os proventos serem calculados, atualmente regulada pela Lei 10.887/04, o que não autoriza a USP a fazê-lo por meio de resoluções.

**Inconstitucional.** A Adusp ingressará como substituto processual, ou seja, com ação em nome próprio, mas na defesa

de direitos e interesses tanto dos docentes aposentados que foram prejudicados por esta regra como daqueles que estão por se aposentar. Na prática, a entidade busca que seja afastada a Resolução USP 4.224/95 como forma de cálculo dos proventos, reconhecida a sua inconstitucionalidade, para daqui em diante deixar de ser aplicada; bem como a revisão dos benefícios daqueles que foram prejudicados por tal regra.

Se tal pretensão for atendida, a regra para cálculo de valores da aposentadoria, para aqueles que não atingirem o direito à integralidade, deve seguir a Lei 10.887/04 que, independentemente do regime em que se encontra o docente no momento da aposentadoria, estabelece que: “Art. 1º - No cálculo dos proventos de aposentadoria dos servidores titulares de cargo efetivo de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e

fundações, previsto no §3º do art. 40 da Constituição Federal e no art. 2º da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003, será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência”.

Merece aqui advertir que a aplicação da lei vigente e regras da CF, para as situações daqueles docentes que, ainda que cumpridos muitos anos de RDIDP, ao se aposentarem se encontrem em RTC ou RTP, determina que o cálculo dos proventos, após a aplicação da média das contribuições, ainda terá como limite o valor dos vencimentos do cargo em que se encontrava na ativa.



# Adusp pede ao Co que desvinculação do HRAC seja anulada, porque não obteve quórum devido

A Adusp protocolou na Reitoria, em 29/9, petição ao Conselho Universitário (Co) para que decreta a nulidade da decisão, tomada em 26/8/14, de desvinculação do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais (HRAC), de Bauru. A petição seguiu em anexo ao ofício 035/2014, encaminhado ao secretário-geral da USP, professor Ignácio Poveda (<http://goo.gl/NHXXsz>).

Na sessão de 26/8, o Co, por 63 votos a 27 (e 16 abstenções), desvinculou o HRAC da sua condição de “Órgão Complementar” da USP, fazendo dele mera “Entidade Associada” (<http://goo.gl/n4x6vi>). É esta decisão que a Adusp quer reverter, por cabal irregularidade, uma vez que foi desrespeitado o Estatuto da USP, que prevê, para modificações que envolvam órgãos complementares, maioria de dois terços do Co: portanto, no mínimo 77 votos.

Até a edição da Resolução 5.928/2011, lembra a Adusp nos documentos encaminhados à Reitoria e ao Co, o quórum exigido para deliberar sobre a “criação, incorporação e extinção de Unidades, Museus, Órgãos de Integração e Órgãos Complementares” correspondia, para todas estas categorias, a *dois terços da totalidade dos membros do Conselho Universitário* (artigo 16, inciso 13 do Estatuto da USP).

**Só NAPs mudaram.** Note-se, para melhor entendimento, que os “Órgãos de Integração” compreendem os Institutos Especializados e os Núcleos de Apoio à Pesquisa, ou NAPs (artigo 6º, *caput*, Estatuto da USP), ao passo que os “Órgãos Complementares” são os hospitais mantidos pela Universidade (artigo 8º, *caput*, do Estatuto da USP).

Na sua 941ª Reunião Ordinária, em 28/6/2011, recorda a Adusp, o Co “discutiu e aprovou proposta de alteração das normas para tramitação dos Núcleos de Apoio (Órgãos de Integração), razão pela qual restou decidido, entre outras, a mudança do artigo 16, inciso 13 do Estatuto da USP”, o qual passou a ter a seguinte redação: “*deliberar, por dois terços da totalidade de seus membros*, sobre criação, incorporação e extinção de Unidades, Museus, *Órgãos de Integração, exceto Núcleos de Apoio*, e Órgãos Complementares” (destaques nossos).

A discussão e deliberação então havidas, as quais atenderam a pedido do então pró-reitor de Pesquisa, M.A. Zago, vincularam-se especificamente aos NAPs, e a exceção ao quórum de “dois terços” também se restringe a esses “Órgãos de Integração”, não abrangendo quaisquer das demais categorias elencadas no inciso 13 do artigo 16.

**Quórum de 2/3.** Ora, assinala a Adusp, a alteração regimental pautada na 958ª Sessão do Conselho Universitário, realizada em 26/8/2014 (p. 2 da pauta, Caderno II) visava a “transformação do HU e do HRAC em Entidades Associadas”, o que implicaria que tais entes seriam desvinculados da condição de “Órgãos Complementares”.

Portanto, conclui a Adusp, a deliberação de desvinculação do HRAC como “Órgão Complementar” não poderia ter sido tomada por maioria absoluta dos membros do Co, conforme indicado na pauta da reunião mencionada, “mas *sim deveria atender ao quórum de*



Douglas Reis/Jornal da Cidade de Bauru

Protesto de funcionários e pacientes em defesa do HRAC

*dois terços dos membros do Conselho, conforme mantido no inciso 13 do artigo 16 do Estatuto da USP, para os Órgãos Complementares, mesmo após a edição da Resolução 5.928/2011, conforme anteriormente demonstrado*”. Uma vez que tal quórum não foi alcançado na reunião do Co de 26/8, a entidade está solicitando ao próprio conselho *a anulação da decisão de desvinculação do HRAC como Órgão Complementar da USP*.

Também foi enviada correspondência a cada um dos conselheiros,

nas quais se pede a eles que, “em conformidade com o §6º do artigo 11 do Regimento Geral da USP”, subscrevam pedido, remetido em anexo, para que “a discussão e votação da petição da Adusp seja incluída na pauta da próxima reunião do Co”. Diz o §6º do artigo 11: “Poderão ser incluídas, na pauta das reuniões ordinárias, matérias pertinentes ao Co, que tenham sido entregues à Secretaria Geral com antecedência de 30 dias e subscritas por 20% dos membros do Conselho Universitário”.

## Câmara Municipal de Bauru aprova moções do Fórum da Seis em defesa do “Centrinho”

Por entender que “o Centrinho foi o berço de pesquisas que transformaram positivamente a vida de milhares de pessoas, que recebia e ainda recebe pacientes, estudantes, profissionais de diferentes Estados do Brasil e de outros países em busca da troca de experiência, da excelência e do tratamento conceituado”, a Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa da Câmara Municipal de Bauru aprovou moção de apelo ao Conselho Universitário (Co) da USP, instando esse colegiado, “enérgica e enfaticamente”, a rever a modificação realizada em 26/8 no artigo 8º de seu Regimento Geral e assim manter o Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais (HRAC), o chamado “Centrinho”, como órgão complementar da universidade.

A moção foi aprovada em 22/9,

juntamente com outra dirigida ao governador Geraldo Alckmin e ao Cruesp. Ambas foram propostas pelo professor Francisco Miraglia, diretor da Adusp e membro da coordenação do Fórum das Seis, durante audiência pública sobre a desvinculação do HRAC realizada em 16/9 pela Câmara Municipal (<http://goo.gl/866Zo5>).

“Temos certeza de que a USP pode encontrar o reequilíbrio orçamentário sem desligar o Centrinho”, afirma a moção enviada aos membros do Co em 30/9. “O desenvolvimento de Bauru acompanhou o do Centrinho, da USP e de outras entidades que se firmaram na cidade graças à excelência de todo o trabalho de qualidade realizado aqui”.

Após mencionar que o Fórum das Seis encaminhou ao governador e à Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP)

da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), nos dias 13 e 14 /8, “documento com uma série de propostas imediatas e estratégicas em benefício das universidades e de seus quadros de funcionários”, a segunda moção aprovada pelos vereadores requer ao governador e ao Cruesp que apoiem as propostas de aporte emergencial de 0,7% da QPE do ICMS para as universidades estaduais paulistas; inclusão na Lei Orçamentária Anual (LOA-2015) da liberações mensais adicionais de 0,7% da QPE do ICMS ao 9,57% já destinados às universidades, excluído o desconto da Habitação; alteração do artigo 4º na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2016 para que haja aumento do repasse para as universidades de, no mínimo, 10% da total da arrecadação do ICMS no mês de referência, entre outras medidas.



# Derrotada na greve, a mídia volta a atacar

A greve de 2014 nas universidades estaduais paulistas deu ensejo a uma onda de criatividade na mídia comercial. Articulistas e editorialistas acharam-se no direito de dizer, literalmente, qualquer coisa que lhes viesse à cabeça a propósito da USP ou do movimento grevista. Publicaram-se até mesmo reportagens enviesadas, nas quais se sugeria a cobrança de taxas dos alunos da universidade, como solução para a fatídica “crise financeira” propalada aos quatro ventos por M.A. Zago.

Hélio Schwartzman, colunista da *Folha de S. Paulo*, chegou a perpetrar as seguintes considerações: “Eu me esforço, mas não consigo entender a lógica da greve na USP. Quando uma empresa está prestes a falir, com 106% de seu faturamento comprometidos com a folha salarial, empregados não costumam exigir aumentos” (“Crise na USP, 5/9”, <http://goo.gl/WcluKm>). O Tribunal Regional do Trabalho, porém, compreendeu a lógica do movimento. Além disso, para intelectuais de boa cepa, este estado de coisas não é um destino inescapável, mas simplesmente um problema a ser resolvido, evitando financiar a operação da universidade via arrocho de salários.

Pois bem: em 27/9, encerrada a greve, o *Estado de S. Paulo* publicou, com alarde, artigo dos professores Virgílio Afonso da Silva (FD) e Fernando Limongi (FFLCH), intitulado “Trancada pelo Tranco” (<http://goo.gl/eSPCrp>), no qual afirmam sem titubear que Sintusp — chamado apenas de “o sindicato dos funcionários”, “autoritário, intolerante e conservador” — e Adusp são corresponsáveis pela crise da USP, tanto quanto a Reitoria.

“A greve tornou-se um fim em si mesmo”, sustentam os autores, talvez por ignorarem as perdas que seus próprios salários viriam a sofrer, caso vingasse o reajuste zero decretado inicialmente pela Reitoria e pelo Conselho de Reitores (Cruesp). “O sindicato dos funcionários comandou a greve, trazendo a reboque o movimento estudantil e, o que é mais preocupante, a associação que representa os professores, a Adusp, que não viu nenhum problema em se dizer

parte desse ‘momento histórico’ com o respaldo de assembleias que mal chegaram a reunir uma centena de docentes”.

As entidades, acrescentam Silva e Limongi, repetem “há décadas” os mesmos “lugares-comuns desgastados”, “em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade” ou contra o sucateamento da USP. “Contudo, durante a gestão anterior, esses sindicatos se calaram de forma eloquente. Após fazer greves anuais durante mais de uma década, foram quatro anos de silêncio, justamente durante a gestão que sucateou a universidade e levou a USP ao abismo”.

É estarrecedor que professores titulares de direito e de ciência política arrisquem-se a fazer, peremptoriamente, afirmações tão destituídas de base factual.

**“A reboque?”** Em primeiro lugar, a unidade dos sindicatos durante a greve, bem como a solidariedade mútua das categorias, não pode ser confundida com subordinação ou *reboquismos* de qualquer espécie. Somente quem desconhece as peculiaridades das duas categorias; somente quem não acompanhou a evolução dos acontecimentos que precederam a greve; somente quem jamais leu as mídias da Adusp pode enxergar a entidade “a reboque” de quem quer que seja.

Em março de 2014, dois meses antes da greve, diante das insinuações do reitor, a Adusp já advertia: “Arrocho salarial é inaceitável” (<http://goo.gl/v0rSWv>). Em agosto de 2013, bem antes de que o então pró-reitor M.A. Zago, em campanha eleitoral, subitamente despertasse para o fato de que as finanças da USP enfrentavam problemas, a entidade sindical publicava a seguinte manchete no *Informativo Adusp* 368: “Gestão Rodas queima reservas financeiras da USP, sem consultar a comunidade universitária” (<http://goo.gl/Wysf6S>).

Em segundo lugar, não houve “silêncio” dos sindicatos, mas decidida luta contra a conduta imperial de J.G. Rodas, em especial frente às perseguições a estudantes e funcionários, à demissão ilegal de 271 aposentados em janeiro de 2011, à implantação draconiana da reforma da carreira docente (por intermédio da progressão horizontal), à dispersão geográfica de

órgãos e funcionários pela cidade em função da nababesca reforma da Antiga Reitoria (e às irresponsáveis aquisições de imóveis dela decorrentes), à militarização do *campus* do Butantã, à inação diante dos descabros ambientais e administrativos cometidos na EACH e a diversas outras questões.

Alheios aos caudalosos conflitos ocorridos entre Adusp e Sintusp, de um lado, e a gestão de J.G. Rodas de outro lado, Silva e Limongi acusam ambas as entidades de omissão interesseira: “Bastou o antigo reitor distribuir agrados, vale alimentação, vale supermercado, e os sindicatos aceitaram tudo passivamente. As palavras de ordem só são retiradas do baú quando interessa ao bolso, não importa a estridência com que sejam bradadas”. Ora, “presos por ter cão, presos por não ter”!

Se os benefícios concedidos pela Reitoria (desde, note-se, a gestão Suely Vilela) diluíram resistências em certos setores das categorias, jamais calaram os sindicatos. Os autores desconhecem o fato, amplamente divulgado, de que o reitor nomeado por José Serra tentou interpelar judicialmente dez diretores da Adusp? Ignoram que ele almejava expulsar a sede da Adusp da Cidade Universitária? Desconhecem que procurou exonerar diretores do Sintusp?

Por outro lado, é absoluta verdade que tenham ocorrido “greves anuais durante mais de uma década”, como escrevem os autores. Em especial no caso da Adusp, a entidade protagonizou greves em 2000 e 2004, em ambos os casos para derrotar a pretensão do Cruesp de reajuste zero (“ontem, como hoje”); depois, apenas em 2007, contra os decretos do governador José Serra que feriam a autonomia das universidades estaduais; e em 2009, novamente porque o Cruesp, de modo unilateral, suspendeu as negociações da data-base.

## Ah, esses sindicatos!

Admirável não é que o *Estadão* tenha publicado tal artigo, mas que a *Folha*, seu maior concorrente, tenha encampado, em editorial, as perorações dos seus autores. Eis que na edição de 2/10, sob o título “Repartição universitária”, a *Folha* não apenas endossa as ale-

gações de Silva e Limongi, mas as extrapola, vaticinando um fim trágico para a universidade, fadada, se mantidas as atuais circunstâncias, à mera condição de “escolão gratuito”, à qual estaria sendo conduzida por uma espécie de *iceberg* cujo topo, a crise, corresponderia à insólita combinação, na base, de descaso gerencial e egoísmo laboral.

“A USP se acha diante de uma alternativa existencial: ou seus professores e pesquisadores retomam o controle da missão acadêmica, ou ela resvalará de maneira lenta e certa para a condição de escolão gratuito. Uma repartição pública entre outras, irrelevante para a ciência e o futuro do país”, pontifica o jornal da família Frias, para emendar com cômica sapiência: “A crise financeira por que passa a principal instituição brasileira de ensino superior é a fração visível de uma geleira cuja parte submersa — irresponsabilidade administrativa e corporativismo sindical — ocupou quase todo o espaço do pensamento crítico e inovador. Mas ainda há vida nesse oceano de mediocridade e omissão”. A “prova” (*sic*) de que há “vida” (inteligente, faltou dizer!) em tal “oceano de mediocridade e omissão” seria exatamente o artigo em questão. Não consta que a Reitoria tenha saído em defesa da USP para contestar tamanha grosseria da *Folha*.

Ora, prova mesmo de que há vida inteligente em tal “oceano de mediocridade e omissão” é que o Cruesp percebeu a racionalidade das propostas dos sindicatos, encampando antiga reivindicação destes ao governo estadual de ampliação do financiamento das universidades públicas estaduais. Ele acaba de pedir 9,907% da Quota-Parte Estadual do ICMS ao invés dos 9,57% atuais, e que sejam calculados sobre o total da arrecadação, sem os descontos atuais, como insistentemente defendido pela Adusp ao longo da campanha salarial.

O episódio deixa evidente que a mídia de massa não se conformou com a vitória do movimento de greve em 2014. Seguirá abrindo generoso espaço ao discurso neoliberal e às visões conservadoras, ainda que não guardem compromisso algum com a realidade.